

combate à corrupção, com ênfase em mecanismos de transparência e controle social; profissionalização e capacitação contínua da força de trabalho; uso intensivo de tecnologia como ferramenta de apoio à gestão; estudos e pesquisas como subsídios para políticas de modernização do Estado.

Nesse processo de reforma da gestão pública, são várias as fronteiras que o Brasil precisa ultrapassar. É um processo gradual e que deve ser compreendido como um conjunto de pequenas reformas. O sucesso para atingir essas metas passa pelo envolvimento de cada vez mais atores, incluindo todos os níveis de governo, todos os poderes e a sociedade.

## OS DESAFIOS

Abaixo são apresentadas algumas iniciativas do governo brasileiro inseridas na lógica de melhora da gestão pública contida na Carta de Brasília. Não se trata de uma lista exaustiva e sim de uma seleção de ações emblemáticas alinhadas com as diretrizes propostas no documento. Esse alinhamento não deve ser entendido como algo estanque, visto que várias das iniciativas poderiam ser consideradas alinhadas a mais de uma das diretrizes, tendo sido colocadas sob uma delas apenas para fins de organização.

### Gestão de pessoas

A busca da excelência na gestão de pessoas na administração pública é um desafio central em qualquer agenda de melhoria da gestão. Desde 2003, a política de gestão da força de trabalho no Poder Executivo federal tem por norte a recomposição da força de trabalho, priorizando setores mais carentes e atendendo demandas inadiáveis para o projeto de desenvolvimento do país.

Merecem destaque em termos de política de gestão de pessoas as iniciativas do governo

federal em três dimensões: recomposição da força de trabalho, criação de novas carreiras e busca da profissionalização dos cargos de direção na administração pública federal.

### **Merecem destaque em termos de política de gestão de pessoas as iniciativas do governo federal em três dimensões: recomposição da força de trabalho, criação de novas carreiras e busca da profissionalização dos cargos de direção na administração pública federal**

#### Recomposição da força de trabalho

O processo de recomposição da força de trabalho visa ao fortalecimento da capacidade de atuação da burocracia federal diante das crescentes demandas e à reposição de servidores frente às aposentadorias

e evasões, e está beneficiando diversos setores da administração pública, dotando os órgãos de melhores condições institucionais para o cumprimento de sua missão. Tal política segue a premissa de que as pessoas são o que há de mais importante para a melhoria do desempenho das organizações públicas.

Do total de 45.580 vagas de concursos autorizadas no ano passado, 63,4% foram destinadas à área da educação, considerada prioridade pelo governo federal. Porém, outras áreas que executam programas importantes e tinham déficit quantitativo e qualitativo de pessoal também foram contempladas. Tal esforço incluiu a estruturação das agências reguladoras e do Sistema de Defesa da Concorrência, a ampliação dos programas sociais, o reforço aos órgãos de controle, o fortalecimento da Polícia Federal e a ampliação dos quadros do ciclo de gestão.

A Lei Orçamentária Anual para 2009 prevê autorizar concursos públicos até o patamar de 30.879 vagas, com forte presença, mais uma vez, da área de Seguridade Social, Educação e Esportes, com 20.228 vagas, e da substituição de terceirizados, com 19.423 vagas, das quais 13.778 destinadas a substituições na área de educação.

Outra iniciativa que merece destaque é a alteração na lei<sup>2</sup> que trata da contratação por tempo

<sup>2</sup> Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.